Anexo I

Quadro de Referência Estratégico/Legislação Aplicável

Âmbito	Tipologia	Denominação	Objetivo e Enquadramento Jurídico
Comunitário	Diretivas	Diretiva Quadro da Água (DQA)	Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água.
		Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho.
	Estratégias	Estratégia da União Europeia para o Desenvolvimento Sustentável	COM (2001) 264, que visa promover o crescimento económico e a coesão social sem prejudicar a qualidade do ambiente, integrando como três pilares fundamentais o ambiente, a economia e a sociedade.
		Estratégia Europa 2020	COM (2010) 2020, Estratégia europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo com base em cinco grandes objetivos: emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia.
		Estratégia Temática para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)	COM (2005) 670, que fixa as orientações de ação da União Europeia com vista à utilização mais eficaz e sustentável dos recursos naturais ao longo do seu ciclo de vida.
		Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas (EEAAC)	COM (2013) 2016, Comunicação aos estados membros da União Europeia que pretende possibilitar uma melhor coordenação e capacitação de planos de adaptação a todos os níveis de governação, desde a administração local às políticas nacionais, promovendo uma resposta conjunta da Europa aos impactos das alterações climáticas.
		Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)	COM (2006) 231, Estratégia temática de proteção dos solos da União Europeia, que propõe medidas destinadas a preservar as funções ecológicas, económicas, sociais e culturais dos mesmos.
Nacional	Planos e Programas	Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 103-A/2007, de 2 de novembro, que estabelece as opções de relevância para a organização e para o modelo de desenvolvimento territorial do país, sendo a base de referência para os demais instrumentos de gestão territorial.
		Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	RCM n.º 113/2005, de 30 de junho, que propõe um conjunto de medidas que visam uma melhor utilização desse recurso, tendo como vantagens adicionais a redução das águas residuais produzidas e dos consumos energéticos associados.
		Plano Nacional da Água (PNA 2010)	Elaborado de acordo com o DL n.º 45/94, de 22 de fevereiro, e aprovado pelo DL n.º 112/2002, de 17 de abril, define a estratégia nacional para a gestão integrada da água, estabelecendo princípios orientadores a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas.
		Política Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020)	RCM n.º 93/2010, de 26 de novembro, que visa garantir o cumprimento das metas nacionais em matéria de alterações climáticas para o período 2013.2020 para os sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão, em articulação com o Roteiro Nacional de Baixo Carbono.

Âmbito	Tipologia	Denominação	Objetivo e Enquadramento Jurídico
		Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)	RCM n.º 112/98, de 25 de agosto, sendo aplicável à rede Nacional de Áreas Protegidas, constitui orientações políticas internacionais direcionadas para o desenvolvimento sustentável no caso específico do turismo.
		Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	RCM n.º 91/2008, de 4 de julho, que visa melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação e, desta forma, contribuir também para o desenvolvimento económico e social do país.
		Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA)	DL n.º 54/2007, de 12 de março, que visa a resolução global de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional.
	Estratégias	Portugal 2020	Estratégia de Portugal para aplicação dos Fundos da União Europeia no período 2014-2020, estabelecendo as prioridades de investimento necessárias para promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.
		Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)	RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro, que define as políticas para a conservação da natureza e da biodiversidade, bem como a salvaguarda dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológicos e paleontológico, na qual estabelece as opções estratégicas para a temática.
		Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)	RCM n.º 24/2010, de 1 abril, que estabelece um conjunto de linhas de força para que Portugal se possa preparar para as alterações de clima mais prováveis e responder de forma conveniente com medidas de adaptação a implementar pelos mais diversos sectores.
		Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	RCM n.º 82/2009, de 8 de setembro, que estabelece os princípios e as diretrizes estratégicas da política de ordenamento, planeamento e gestão da zona costeira portuguesa, continental e insular.
		Estratégia Nacional para a Eficiência Energética (PNAEE 2016)	RCM n.º 20/2013, de 10 de abril, que tem por objetivo tornar a eficiência energética numa prioridade da política energética.
		Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020)	RCM n.º 29/2010, de 15 de abril, que define uma agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira do país através da aposta nas energias renováveis e da promoção integrada da eficiência energética.
		Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM)	RCM n.º 163/2006, de 10 de agosto, que define o modelo de desenvolvimento assente na preservação e utilização sustentável dos recursos e serviços dos ecossistemas marinhos, apontando um caminho de longo prazo para o crescimento económico, inteligente, sustentável e inclusivo, assente na componente marítima.
Regional	Planos e Programas	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)	DLR n.º 26/2010/A, de 12 de agosto, que define as principais linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão do território regional, enquadrando os planos de nível municipal, planos especiais e intervenções estruturantes a realizar no espaço regional.

Âmbito	Tipologia	Denominação	Objetivo e Enquadramento Jurídico
		Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA)	DLR n.º 10/2008/A, de 12 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 36/2008, de 11 de junho, que assegura os contributos para assegurar a valorização dos recursos naturais, a proteção da qualidade dos ecossistemas e a salvaguarda da saúde pública na região, sendo um instrumento normativo de referência para a gestão de resíduos na RAA.
		Plano de Ordenamento Turístico da RAA (POTRAA)	DLR n.º 38/2008/A, de 11 de agosto, suspenso parcialmente pelo DLR n.º 13/2010/A, de 7 de abril, que define o modelo territorial a adotar no sector turístico, tendo em conta o desenvolvimento económico, a preservação do ambiente natural e humano e que contribua para o ordenamento do território insular e redução das disparidades na RAA.
		Plano Setorial da Rede Natura 2000 da RAA (PSRN2000)	DLR n.º 20/2006/A, de 6 de junho, alterado pelo DLR n.º 7/2007/A, de 10 de abril, que estabelece as medidas adequadas e compatíveis com os princípios de conservação e procedimentos ao regime de proteção das Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e das Zonas de Proteção Especial (ZPE), áreas que integram a rede europeia denominada Rede Natura 2000.
		Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (POPPVIP)	DRR n.º 7/2014/A, de 6 de maio, que visa a salvaguarda dos valores ambientais, de paisagem, de conservação da biodiversidade e de fomento ao desenvolvimento sustentável da ilha do Pico, tendo como objetivos estratégicos a recuperação, reabilitação e conservação da paisagem cultural da vinha do pico em currais.
		POOC da Ilha de Santa Maria	DRR n.º 15/2008/A, de 25 de junho.
		POOC Costa Norte da Ilha de São Miguel	DRR n.º 6/2005/A, de 17 de fevereiro.
		POOC Costa Sul da Ilha de São Miguel	DRR n.º 29/2007/A, de 5 de dezembro, parcialmente suspenso pelo DRR n.º 16/2009/A, de 16 de dezembro.
		POOC da Ilha Terceira	DRR n.º 1/2005/A, de 15 de fevereiro.
		POOC da Ilha Graciosa	DRR n.º 13/2008/A, de 25 de junho.
		POOC da ilha de São Jorge	DRR n.º 24/2005/A, de 26 de outubro.
		POOC da Ilha do Pico	DRR n.º 24/2011/A, de 23 de novembro.
		POOC da Ilha do Faial	DRR n.º 19/2012/A, de 3 de setembro.
		POOC da ilha das Flores	DRR n.º 24/2008/A, de 26 de novembro.
		POOC da Ilha do Corvo	DRR n.º 14/2008/A de 25 de junho.
		Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas (POBHLF)	DRR n.º 2/2005/A, de 15 de fevereiro.
		Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades (POBHLSC)	DRR n.º 3/2005/A, de 16 de fevereiro.
		Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, Congro, São Brás e Serra Devassa (POBHLSM)	DRR n.º 12/2013/A, de 30 de setembro.

Âmbito	Tipologia	Denominação	Objetivo e Enquadramento Jurídico
		Plano de Ordenamento das Bacia Hidrográficas das Lagoas do Caiado, Capitão, Paul, Peixinho e Rosada (POBHLP)	DRR n.º 7/2009/A, de 5 de junho.
		Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Flores (POBHLF)	DRR n.º 6/2013/A, de 8 de julho.
		Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores	RCG n.º 26/2007, de 22 março, define a unidade de direção das ações de Proteção Civil a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar em caso de ocorrência de acidente grave ou catástrofe na Região Autónoma dos Açores.
		Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da RAA (PreDSA)	O PreDSA foi elaborado de forma a reforçar a ligação entre os princípios de ordem geral contemplados na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e as especificidades da RAA, a qual desenvolve-se em torno dos seguintes domínios estratégicos: (1) Garantir o desenvolvimento integrado do território; (2) Melhorar a qualidade do ambiente; (3) Assegurar uma produção e consumo sustentáveis; (4) Convergência em direção a uma sociedade solidária e do conhecimento.
	Estratégias	Programa Operacional para os Açores 2020 (PO AÇORES 2020)	Estratégia para os Açores com apoio num conjunto de prioridades de investimento, otimizando os financiamentos comunitários e respetivas elegibilidades dos fundos estruturais, no âmbito do crescimento inteligente, da inclusão social, do emprego e da sustentabilidade, em sintonia com as linhas orientadoras da Estratégia Europa 2020.
		Estratégia Florestal dos Açores (EFA)	Documento estratégico com definição de linhas orientadoras para a RAA em termos de desenvolvimento do sector florestal, como um sector principal, autónomo e capaz de gerar riqueza e bem-estar à população local.
		Estudo de Conceção Geral do Sistema Integrado de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais da RAA	Pretende propor soluções devidamente fundamentadas com vista à adoção, por parte das entidades gestoras, de um modelo de gestão adequado às especificidades regionais, promovendo uma gestão sustentada dos recursos e a qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos, assegurando a sustentabilidade económica e financeira do modelo de gestão.
		Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC)	RCG n.º 123/2011, de 19 de outubro, onde se pretende definir o contributo da RAA na estratégia de redução das emissões antropogénicas de gases de efeitos de estufa, bem como a adaptação aos impactes resultantes dos cenários previstos para o fenómeno das alterações climáticas, quer em terra quer no mar.
Municipal	Planos Territoriais	PDM de Vila do Porto	Aviso n.º 3279/2012, de 29 de fevereiro.
		PDM de Ponta Delgada	DRR n.º 16/2007/A, de 13 de agosto, aditado pelo Aviso n.º 8125/2010, de 22 de abril, suspenso parcialmente pelo DRR n.º 12/2011/A, de 2 de junho, pelo DRR n.º 8/2012/A, de 20 de fevereiro (alterado pelo DRR n.º 8/2014/A, de 23 de junho), e pelo Aviso n.º 7613/2012, de 31 de maio.
		PDM da Ribeira Grande	DRR n.º 17/2006/A, de 10 de abril.
		PDM da Lagoa	Aviso n.º 19009/2011, de 23 de setembro.

Âmbito	Tipologia	Denominação	Objetivo e Enquadramento Jurídico
		PDM de Vila Franca do Campo	Aviso n.º 71/2013, de 8 de agosto.
		PDM da Povoação	Aviso n.º 7323/2010, de 12 de abril.
		PDM do Nordeste	Aviso n.º 4/2013, de 11 de janeiro, retificado pela Retificação n.º 12/2013, de 16 de janeiro.
		PDM de Angra de Heroísmo	DRR n.º 38/2004/A, de 11 de novembro, alterado pela Declaração n.º 1/2006/A, de 18 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 3/2006/A, de 29 de dezembro, revogado parcialmente pelo DRR n.º 7/2015/A, de 20 de abril.
		PDM da Praia da Vitória	DRR n.º 11/2006/A, de 22 de fevereiro, alterado pelo Aviso n.º 13899/2012, de 17 de outubro.
		PDM de Santa Cruz da Graciosa	DRR n.º 6/2007/A, de 28 de fevereiro, alterado pelo Aviso n.º 28/2013, de 20 de março.
		PDM das Velas	DRR n.º 7/2005/A, de 23 de março, alterado pelo DRR n.º 22/2005/A, de 12 de outubro.
		PDM da Calheta	DRR n.º 23/2006/A, de 6 de julho, alterado pelo Aviso n.º 12551/2013, de 10 de outubro.
		PDM da Madalena	DRR n.º 23/2005/A, de 17 de outubro.
		PDM de São Roque do Pico	DRR n.º 31/2000/A, de 4 de outubro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 16-AB/2000, de 30 de dezembro.
		PDM das Lajes do Pico	DRR n.º 21/2005/A, de 12 de outubro, suspenso parcialmente pelo Aviso n.º 95/2012, de 15 de outubro.
		PDM da Horta	DRR n.º 30/2000/A, de 22 de setembro.
		PDM de Santa Cruz das Flores	DRR n.º 32/2006/A, de 16 de novembro.
		PDM das Lajes das Flores	DRR n.º 3/2007/A, de 2 de fevereiro.
		PDM do Corvo	Resolução n.º 95/94, de 14 de julho, retificado pela Declaração n.º 27/94, de 20 de outubro.